Brasília-DF

CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA
carlosalexandre.df@dabr.com.br

Alta temperatura

A temperatura subiu no Congresso com o impasse que se criou entre Senado e Câmara na tributação das blusinhas. A votação prevista para hoje será um novo teste para a articulação política do Planalto. Após as derrotas da semana passada, quando os parlamentares derrubaram vetos presidenciais, o governo sobe novamente ao ringue para defender a pauta econômica.

Briga feia

Desta vez, estão em jogo a política econômica do governo, as queixas do setor produtivo, descontente com o movimento protagonizado ontem pelo Senado, e a preocupação dos políticos com uma medida impopular – aumento de impostos. O alerta do presidente da Câmara, Arthur Lira, de que o recuo na proposta de taxar as blusinhas pode inviabilizar a aprovação do projeto de lei sobre mobilidade sinaliza a tensão no Legislativo.

Pancada

Com uma base de apoio concentrada em pouco mais de 130 votos na Câmara, o governo entrará em nova briga sem muito a oferecer.

Suprema homenagem

Um dia após tomar posse na Presidência do Tribunal Superior Eleitoral, a ministra Cármen Lúcia recebeu novos cumprimentos, desta vez na 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal, da qual também integra. Ouviu elogios dos colegas Alexandre de Moraes, Flávio Dino, Luiz Fux e Cristiano Zanin.

Guerra e paz

Em agradecimento, a ministra afirmou que é preciso manter a vigilância em favor da democracia. "Este é um momento que precisamos estar juntos para a garantia das instituições", afirmou. "Harmonia entre os Poderes não é frase solta na Constituição, é uma garantia para a sociedade, porque o conflito provoca guerras, e não democracia."

Feridas profundas no meio ambiente

O mestre da fotografia Sebastião Salgado foi escolhido pelo New York Times como o autor de uma das 25 imagens que definiram a modernidade desde 1955. O icônico retrato Serra Pelada, registrado em 1986, mostra um formigueiro humano a sangrar a terra em busca do ouro no estado do Pará. Passados mais de 40 anos do flagrante, o garimpo ilegal permanece uma praga a ser combatida no Brasil.

Em Brasília, a regulamentação do comércio legal do ouro é uma das frentes para a combater a exploração mineral de forma predatória. Uma proposta tramita no Senado – foi aprovada em março na Câmara de Assuntos Econômicos – e em seguida vai para a Câmara. São muitos e poderosos os interesses em torno das riquezas na Amazônia, que ultrapassam o debate da sustentabilidade. O garimpo ilegal se tornou uma das atividades do crime organizado, além de significar perdas econômicas ao país.

O garimpo de Serra Pelada foi desativado em 1992, após milhares de homens extraírem mais de 40 toneladas de ouro em uma década. Em 2025, na capital do estado onde persiste essa profunda ferida ambiental, o Brasil tem a oportunidade de impedir que cenas como a registrada pela lente de Sebastião Salgado nunca mais se repitam.

Ao trabalho

No primeiro dia à frente do TSE, a ministra Cármen Lúcia se reuniu com os presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais. Compartilhou as diretrizes para as eleições municipais e anunciou que os encontros com os desembargadores serão mensais. "Vamos estar o tempo todo com os senhores", assegurou a presidente do TSE.

Ajuda holandesa

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, anunciou uma cooperação com parceiros holandeses para elaborar estudos de planejamento urbano considerando as bacias hidrográficas do estado. O trabalho será desenvolvido com o Netherlands Business Support Office (NBSO), escritório de projetos do governo holandês.

Confiança

Leite mostrou confiança na tarefa que está à frente. "A partir desses estudos e parcerias, nós estamos convictos de que iremos colocar o Rio Grande do Sul em condições de conviver com esses eventos climáticos com muito mais força e resiliência", disse.

Fado e mistério

O nome que Arthur Lira abençoará para disputar a sucessão é um segredo guardado a sete chaves. O eleito será aquele que, como canta Caetano Veloso, virá "de onde o oculto do mistério se escondeu". E, recorrendo à cantora portuguesa Amália Rodrigues, Lira pode repetir as palavras do famoso fado eternizado por ela: "De quem eu gosto, nem às paredes confesso".

PODER / Primeira Turma da Corte aceita denúncia da PGR contra o senador por declaração em que dá a entender que o ministro Gilmar Mendes vende habeas corpus. Parlamentar alega ter feito uma "brincadeira" durante uma festa

Moro vira réu no Supremo

» RENATO SOUZA

Duas semanas após escapar da cassação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o senador Sergio Moro (União-PR) encontra novo entrave, desta vez no Supremo Tribunal Federal (STF). A Primeira Turma da Corte aceitou, ontem, uma denúncia oferecida pela Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o parlamentar, acusado de caluniar o ministro Gilmar Mendes. A decisão, tomada por unanimidade pelo colegiado, faz com que o ex-juiz da Lava-Jato se torne réu no tribunal.

Em um vídeo que se espalhou pelas redes sociais em abril de 2023, Moro acusou o ministro de vender habeas corpus. Na gravação, de apenas oito segundos, uma mulher afirma que ele "está subornando o velho". Em seguida, Moro diz que estava pagando "fiança para comprar um habeas corpus do Gilmar Mendes".

O Ministério Público Federal entendeu que o senador sugeriu uma suposta corrupção passiva do magistrado, sem apresentar qualquer prova, o que caracteriza crime de calúnia.

A Turma do STF ainda não analisou o mérito, ou seja, a conduta em si do réu, mas apenas se estavam presentes elementos mínimos para recebimento da denúncia.

A relatora do caso é a ministra Cármen Lúcia. Alexandre de Moraes preside a Turma. Também integram o colegiado os ministros Luiz Fux, Cristiano Zanin e Flávio Dino.

Para Cármen, neste momento não é possível analisar a conduta do parlamentar, que precisa ser comprovada no curso do processo. "Não aparece, nesta fase preliminar, possibilidade de discussão sobre o mérito da ação penal. A denúncia é uma proposta de demonstração de prática de fato imputado a determinada pessoa, sujeita a comprovação", destacou.

Pelas redes sociais, Moro sustentou que a declaração foi uma 'brincadeira" em uma festa junina. Disse que a publicação do vídeo na internet ocorreu sem autorização.

"A Primeira Turma do STF recebeu denúncia por suposto crime de calúnia contra mim por ter feito, antes do exercício do mandato de senador, uma piada em festa junina na brincadeira conhecida como 'cadeia'. Um vídeo gravado e editado por terceiros desconhecidos foi feito e divulgado sem meu conhecimento e autorização", escreveu.

Ele alegou ter solicitado que testemunhas fossem ouvidas sobre o caso, mas o STF negou. "O pedido para que os terceiros fossem identificados e ouvidos antes da denúncia não foi atendido. O recebimento da denúncia não envolve análise do mérito da acusação, e, no decorrer do processo, a minha defesa demonstrará a sua total improcedência", completou.

Mandato

Na denúncia, a PGR pede que o senador perca o mandato caso seja condenado a uma pena superior a quatro anos de prisão. Também demanda a aplicação de multa.

A defesa do parlamentar tinha pedido o adiamento do julgamento, alegando que não teve tempo hábil para apresentar os argumentos em prol do cliente.

A partir de agora começa a instrução processual, em que podem ser ouvidas testemunhas e o acusado será notificado para se manifestar.

Pedro França/Agência Senado

> **A Primeira Turma do STF recebeu denúncia por suposto crime de calúnia contra mim por ter feito, antes do exercício do mandato de senador, uma piada em festa junina na brincadeira conhecida como 'cadeia'"**
>
> ***Sergio Moro (União-PR),*** *senador*

PGR recorre de decisão que livrou Odebrecht

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, entrou com recurso no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a decisão do ministro Dias Toffoli que suspendeu todos os atos da 13ª Vara Federal de Curitiba envolvendo o empresário Marcelo Odebrecht na Operação Lava-Jato.

O PGR pede que o próprio Toffoli reconsidere seu entendimento ou que o caso seja levado para avaliação do plenário da Corte.

A decisão de Toffoli é monocrática, ou seja, individual. O ministro afirma que ocorreu "um conluio" entre o então juiz Sergio Moro e procuradores. Também ressalta que a investigação foi maculada por ações ilegais e que levaram os processos à nulidade, por não permitir chance de ampla defesa para os acusados, como está previsto na Constituição e no Código de Processo Penal.

No caso de Marcelo Odebrecht — principal nome entre os delatores da operação —, não foram suspensas apenas as ações penais contra ele, mas, sim, investigações e trâmites processuais que poderiam levar a outras condenações ou acusações.

No recurso, Gonet sustenta que o empresário apresentou 54 anexos na delação que comprovam crimes praticados por investigados contra a administração pública. Ainda diz que o magistrado usou uma decisão que beneficiou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para estender para um caso que não tem semelhança com os fatos julgados anteriormente.

"Estender uma decisão significa repeti-la para outra pessoa que não a que a recebeu originalmente. Decerto que não cabe a imediata extensão para casos que não se provem iguais. Não são iguais, é certo, os casos que tiveram início com pedidos diferentes entre si", frisa Gonet. "A admissão de crimes e os demais itens constantes do acordo de colaboração independem de avaliação crítica que se possa fazer da força-tarefa da Lava-Jato em Curitiba. A prática de crimes foi efetivamente confessada e minudenciada pelos membros da sociedade empresária com a entrega de documentos comprobatórios", acrescenta. (**RS**)

Memória

Réu confesso

Marcelo Odebrecht é réu confesso. Após fechar acordo de colaboração premiada com a Lava-Jato, ele admitiu o pagamento de propina a centenas de agentes públicos e políticos de diferentes partidos. Então presidente da construtora que leva o sobrenome da família quando a operação estourou, em 2014, e prendeu os principais executivos do grupo, Marcelo Odebrecht agora alega que foi forçado a assinar a delação.